

## **A EXPANSÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Olgaíses Cabral **Maués** – UFPA

Agência Financiadora: CNPq

### **Resumo**

O trabalho tem como objetivo analisar a expansão da educação superior, a partir do processo de internacionalização que vem ocorrendo com os incentivos do governo federal e que se traduzem por meio de programas oficiais e de ações desenvolvidas pela iniciativa privada, tais como a formação de oligopólios de instituições de ensino. O trabalho é resultante de uma pesquisa documental que buscou identificar as principais ações em curso sob a rubrica de internacionalização. Para tanto foram selecionados documentos de organismos internacionais e de programas do governo federal. Os resultados a que se chegou indicam que esse processo vem acentuando a preponderância do setor privado nesse nível de ensino, aumentando o número de matrículas na categoria administrativa privada e na organização acadêmica das faculdades.

**Palavras-Chave:** Ensino Superior; Internacionalização; Mercadorização.

## **A EXPANSÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

O final do século XX passou a considerar a educação e o conhecimento como forças produtivas na sociedade capitalista. Como tal, a valorização que esses fatores passaram a receber tem sido proporcional à importância que lhes é conferida em uma sociedade que se autodenomina de “sociedade do conhecimento”.

Nessa compreensão, a ciência e a tecnologia, produzidas na sua maioria nas academias, passaram a representar um trunfo para quem as detém, possibilitando não apenas a capacidade de ampliação das receitas, como também o domínio e monopólio dos recursos que possam ser convertidos em produtos que representem lucro.

O processo de mundialização do capital é um fenômeno que, apesar de não ser recente, continua tendo uma grande repercussão na vida econômica, política e social das diferentes sociedades. Chesnais chama a atenção para o fato, lembrando que a “mundialização deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização” (1996, p.32).

O cenário que se tem na atualidade em um “sistema mundial”, como salienta Wallerstein (1979), tem colocado a educação superior em um patamar de referência para o desenvolvimento econômico.

Os organismos internacionais vêm desempenhando um papel fundamental nesse processo de mundialização do capital e vêm estimulando o ensino superior para ser a ferramenta privilegiada para a realização do objetivo da produção do conhecimento, da preparação de recursos humanos que possam atender à demanda do mercado, estimulando o processo de internacionalização da educação superior, a partir da globalização e da mundialização da economia.

O presente artigo tem como objetivo analisar de forma crítica o processo de internacionalização da educação superior e a relação com o processo de expansão desse nível de ensino. Para tanto serão levadas em consideração algumas referências, tais como o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) que arrola a educação enquanto um serviço; o processo de Bolonha que instituí um espaço europeu de educação; o setor de educação do MERCOSUL; a visão da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relação ao assunto; as políticas estabelecidas pelo governo brasileiro como o Plano Nacional de Pós-Graduação em Educação, 2011-2020 e outras ações desenvolvidas por órgãos nacionais.

O artigo buscará, por meio de documentos dos organismos internacionais e nacionais, analisar o conteúdo das propostas que são feitas em relação à pertinência e à importância da internacionalização da educação superior, procurando explicitar como esse processo vem ocorrendo no Brasil e buscando identificar os impactos que podem estar ocorrendo em relação à expansão do ensino superior.

### **Internacionalização**

A internacionalização é um processo inerente à mundialização financeira, ou seja, é uma forma de expansão dos mercados para possibilitar maiores lucros, na lógica já indicada por Marx e Engels (1999), de desenvolvimento capitalista.

Na atualidade, tem-se a internacionalização financeira, ou a financeirização, como chama Chesnais (1996), sinalizando de que há um crescimento do regime de acumulação com predominância financeira em uma economia mundial globalizada.

A fase atual o capitalismo financeiro suplanta àquela do capital industrial, o que significa que o mais importante é o “capital-dinheiro”, aquele que fica nos bancos e nos fundos de pensão. A mundialização financeira é a forma mais moderna que o capital engendrou para continuar na sanha de obter lucros, dividendos e debentures. Os estados

passaram a estabelecer regulações que pudessem facilitar essas transações e abrir espaços para que esse tipo de acumulação possa ocorrer de forma direta e operacional.

A internacionalização da educação é uma decorrência “natural” do processo de mundialização, na lógica capitalista, que leva conseqüentemente a uma internacionalização financeira. A educação, no momento que passa a ser vista como uma *commoditie* entra no rol das mercadorias que devem ser valorizadas para que possam ser exportadas e que possam render maiores dividendos nas bolsas de valores.

Mas a internacionalização referente à educação também atinge outras facetas que têm levado cada vez mais a uma preocupação dos “homens de negócio” com os resultados apresentados nas planilhas que traduzem não só os custos, mas também os lucros advindos dessa forma de “comercio”. O número de pessoas que buscam esse nível de ensino vem aumentando consideravelmente, o que representa um imenso mercado que passa a interessar a um número maior de empresários, que veem nesse nicho em crescimento vertiginoso, a possibilidade de diversificar os negócios, de ampliar as fronteiras e de aumentar os lucros, tendo em vista que esse crescimento está se dando pela via privada.

Leher (2009) nos informa que no Brasil, no Chile, nas Filipinas e no Japão a educação privada já detém 70% das matrículas e mais de 50% das Universidades também são particulares nesses mesmos países, com exceção das Filipinas, o que caracteriza para o autor uma expansão empresarial.

A educação e a produção do conhecimento tornam-se alvos privilegiados dessa ação de internacionalização quando esta é entendida como parte da mundialização. A educação já vem sendo apontada como um dos principais fatores de desenvolvimento econômico e nessa lógica os organismos internacionais voltam-se de forma mais objetiva e direta para o seu incremento.

Em 1995, a Organização Mundial do Comércio estabelece e passa a regular os serviços educacionais e a propriedade intelectual. É o momento que de fato se começa a Era de mercantilização, do empresariamento e da internacionalização da educação. Há, pois uma mudança, na medida em que a educação deixa de ser direito e passa a ser um serviço e como tal segue as regras do mercado no tocante à compra e venda de “mercadoria”.

A definição dada pela OMC da educação<sup>1</sup> como serviço abriu as portas para a mercadorização desse então direito, sobretudo quando se passa a considerar a imensa clientela existente no mundo, correspondendo a trilhões de dólares. Essa redefinição da educação levou a Organização Mundial do Comércio a agrupar esse serviço em quatro modos, a seguir especificados: modo 1- oferta transfronteiras, representada por serviços que um país oferece para outro país, como, por exemplo, a educação a distancia; 2. Consumo no exterior, caracterizado pelo consumo de serviços por pessoas de um país em outro país, como fazer um MBA, um curso de línguas, um doutorado sanduiche; 3. Presença comercial de grupos em um país, participação em sociedades; 4. Pessoas de um país executando atividades em outro país, por exemplo, consultorias, professor visitante.

A “nova” conceituação da educação, a partir de seu enquadramento na categoria de serviços, desenha uma nova face que caracteriza uma fisionomia mercadológica e desregulamentada.

Nesse contexto, o ensino superior passou a se constituir um serviço rentável, atrativo, com uma clientela garantida, cujas possibilidades de expansão se arvoram promissoras, podendo assumir formas diferenciadas na perspectiva esboçada pelo OMC.

Pode-se considerar que essa foi a senha para o início da internacionalização da educação de forma mais organizada, amparada nas normativas aprovadas e aceitas pela comunidade mundial.

Morosini (2006) ao fazer o estudo da arte da Internacionalização da educação superior adverte que este é um conceito complexo, com diversas fases de desenvolvimento, destacando a internacionalização da educação superior, ligada à globalização, que teria começado a ocorrer após o fim da guerra fria, já nos anos 1990.

A autora citada, (2011), analisa a internacionalização em termos de modelos, apontando o modelo de Cooperação Internacional Tradicional que representa a “captação de sujeitos e de consumidores” (p.95) entre as instituições . O outro modelo seria o de Cooperação Internacional Horizontal, que, diferentemente do anterior que tem o mercado como sustentáculo, tem a solidariedade e a consciência internacional como princípios.

### **Os organismos internacionais, a internacionalização e a educação.**

---

<sup>1</sup> Os serviços educacionais arrolados pela OMC incluem educação primária, educação secundária, ensino técnico profissionalizante, educação especial, educação superior, pesquisa, educação de adultos, educação por meio do rádio, televisão, consultorias, avaliação, administração. Gerenciamento escolar, treinamento de professores, elaboração de materiais didáticos, merenda escolar, serviços de limpeza.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou em 2011 um documento intitulado *L'enseignement supérieur à l'horizon 2030*, no qual explicita o papel fundamental que o ensino superior deve desempenhar nas próximas décadas, no sentido de alavancar as economias emergentes e consolidar aquelas já robustas.

O documento em questão indica que existem duas grandes tendências para o ensino superior transnacional: o crescimento e a diversificação. Em relação ao crescimento este se refere ao número de estudantes que deverão se inscrever em programas fora do país de origem; quanto à diversificação esta se relaciona à oferta do ensino a partir de novas formas de mobilidade transnacional, tais como realizar cursos ofertados por instituições estrangeiras, sem, contudo sair de seu país. Tal fato pode ocorrer por meio de uma educação a distância, ou ainda realizando cursos em instituições nacionais que têm parceria, de diversas formas, com suas congêneres no exterior. A última forma, em geral, pode fornecer ao final um duplo diploma, ou um diploma expedido pela instituição estrangeira, o que, via de regra, é muito valorizado no mercado. Há ainda, segundo a OCDE, uma terceira forma que é representada pela aquisição, por instituições nacionais, de estabelecimentos estrangeiros.

É interessante notar as estratégias que são arroladas por essa organização em relação à internacionalização. Uma delas é chamada de “compreensão mútua”, que tem objetivos políticos, culturais, acadêmicos e de ajuda ao desenvolvimento. Pode-se considerar uma estratégia tradicional, pois consiste em estimular a participação tanto de estudantes, quanto de professores e pesquisadores entre países. Isso ocorre por meio de bolsas que permitem a permanência da pessoa por um tempo, em missão de estudo ou de trabalho, em uma universidade em um centro no exterior.

Outra estratégia citada é aquela referente à utilização de formas de atrair estudantes talentosos, ambiciosos, que tenham interesse em estudar e se tornar pesquisadores, que estejam a serviço da economia do país de acolhimento, contribuindo para aumentar a competitividade dos setores de pesquisa e de ensino superior. Essa forma leva o interessado para uma longa temporada em outro país.

A OCDE indica, no documento em questão, uma estratégia de internacionalização cujo caráter é eminentemente comercial e por isso denominada de “mobilização de receitas”, pois além de procurar, como as anteriores, atrair estudantes e professores, tem explicitamente um objetivo comercial, pois trata de estabelecer uma espécie de indústria de serviços educacionais, tendo como base, dentre outras, o

pagamento de anuidades. Uma última estratégia proposta é a denominada “reforço das capacidades” e consiste em estimular o estudo no exterior e ao mesmo tempo a implantação de estabelecimentos estrangeiros no país. Essa é uma estratégia utilizada nos países mais pobres, que não têm uma capacidade instalada de recursos humanos e que ainda não têm um sistema de ensino superior reconhecido.

Há uma expectativa por parte desse organismo internacional no sentido do aumento da internacionalização da educação superior, tendo em vista a valorização que o mercado tem dado à experiência adquirida fora e aos diplomas de instituições estrangeiras. Além desse aspecto, é preciso que se mobilizem as economias locais, tanto com o pagamento das anuidades, quanto com as despesas da vida cotidiana como aluguel, comida, roupa, passeios, além, em geral, da visita de parentes durante o período de “*séjour*”.

Finalmente, o documento aponta três cenários para a internacionalização da educação superior, são eles: 1. O crescimento do ensino superior continuará numa polarização crescente entre as estratégias citadas em parágrafos anteriores; 2. A internacionalização vai, aos poucos, transformar o ensino superior em uma indústria de serviços. Haverá, cada vez mais, uma forte competição entre países e universidades para atrair estudantes estrangeiros que pagam para estudar, seja diretamente, seja via governos; 3. As faculdades, universidades dos países em desenvolvimento formarão parcerias com instituições de países desenvolvidos. Para tanto os países emergentes flexibilizarão cada vez mais suas regras, a fim de permitir que seja possível estabelecer esse tipo de relação, procurando também garantir um mínimo de qualidade nos programas oferecidos.

A UNESCO também tem se posicionado em relação à internacionalização da educação superior. Na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em Paris em 2009, isso foi evidenciado. As recomendações oriundas desse colóquio traduzem a posição da entidade a respeito do assunto. Destacamos algumas: a promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural; a transferência de conhecimento além das fronteiras, a circulação do saber deve ser objetivo dos países desenvolvidos em relação àqueles emergentes; a criação de redes de universidades internacionais; o estabelecimento de parcerias para a pesquisa; além de intercâmbio de estudantes.

A questão da “educação transfronteira” aparece, para essa instituição, como uma ferramenta que pode ajudar o desenvolvimento econômico dos países emergentes, permitindo cultivar a paz, a solidariedade, o respeito mútuo, a promoção de valores

humanísticos, o diálogo intercultural. Nessa visão, não há nenhum interesse econômico embutido nessas ações multiculturais.

Ainda a UNESCO, via Instituto de Educação Superior da América Latina e Caribe (IESALC) vem trabalhando na direção da internacionalização para essa região do planeta, tendo mesmo criado o Observatório sobre Mobilidades Acadêmicas e Científicas (OBSMAC) e o Núcleo de Informação para o estudo da migração internacional na Educação Superior, além do Espaço de Encontro Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES). Todos esses setores estão organizados para a promoção da internacionalização do ensino superior, com destaque para o Observatório que tem como objetivo específico realizar o monitoramento da migração internacional de docentes, de pesquisadores e de estudantes, além de examinar as políticas adotadas pelos países da região relativas a bolsas de estudo e acompanhamento do retorno dos sujeitos que participam dos processos de internacionalização.

O Programa de Promoção de Reformas Educativas na América Latina e Caribe, vinculado à UNESCO e à OCDE, também tem voltado suas preocupações para esse aspecto considerado na contemporaneidade como fundamental, isto é, a internacionalização do ensino superior. Pode-se, perfeitamente, entender a posição de todos esses organismos, na medida em que há uma defesa de uma sociedade do conhecimento, na qual este passa a ser o centro e a principal força produtiva. Há uma defesa da mercadorização da educação e a defesa aberta do capitalismo acadêmico e da criação de um mercado mundial de educação.

### **Os Espaços Regionais como formas de internacionalização**

Estamos de acordo que esse rumo que a educação superior vem adotando deve-se à globalização e a mundialização da economia que transforma esse setor em uma mercadoria. Também, é preciso destacar que outro elemento que impulsiona a essa situação é o relevo que alguns organismos passam a conferir a esse nível de ensino, atribuindo-lhe a capacidade de promover o desenvolvimento econômico e social.

Os países europeus identificaram a necessidade de criar um espaço comum para fortalecer a educação e engendraram o que ficou conhecido como o Processo de Bolonha. Havia, como ponto de partida, a necessidade de estabelecer elementos comuns no sistema de educação superior, de tal maneira que fosse possível haver uma mobilidade de estudantes entre os diferentes países, havendo, para tanto, necessidade de definir, por exemplo, a estruturação do ensino superior, indicando que este deveria se

constituir em dois ciclos. A medida tem como objetivo facilitar o reconhecimento dos estudos feitos em diferentes países que participam do Processo, além de promover a empregabilidade, medidas que ajudariam a melhorar a competitividade comercial.

Periodicamente, os ministros de educação dos 47 países implicados no Processo de Bolonha se reúnem para realizar um balanço sobre as atividades desenvolvidas e para fazer o planejamento para o futuro. Em 2012, em Bucareste, quando da reunião, houve um reconhecimento do momento de crise econômica que a Europa estava (e continua) vivendo e que o fato estava tendo pesadas consequências sociais. Naquela ocasião, mais uma vez o ensino superior foi visto como parte da solução dessas dificuldades. Saliento o fato, pois em 2008, no início da crise estrutural do capital, a OCDE já destacava o papel do ensino superior como um fator importante para a competitividade econômica, em uma sociedade que depende cada vez mais do conhecimento.

O fato de indicar o Processo de Bolonha como ponto de partida mais alargado da internacionalização deve-se à “harmonização” dos diplomas, na medida em que todo o sistema envolvido se centra na Licença e Mestrado; no reconhecimento dos diplomas; na convergência das competências e das aquisições da aprendizagem dos programas; na acreditação dos cursos.

Mas, é bom reiterar que Bolonha veio depois que a OMC colocou a educação como um serviço. Ou seja, foi uma espécie de regulamentação das decisões da Organização Mundial do Comércio, que, por sua vez, procurou se atualizar com o processo de globalização e mundialização da economia.

O MERCOSUL também criou um espaço educacional comum, à semelhança do processo de Bolonha, que visa efetivar a coordenação de políticas para realizar o processo de integração, estimulando “a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos” (MERCOSUL, 2015, p.1). O *site* da instituição informa os objetivos estratégicos, dos quais destaco: Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo; Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para a melhoria dos sistemas educacionais; Promover e fortalecer os programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais; e Acordar políticas que articulem a educação como um processo de integração do MERCOSUL.

Em termos práticos não se tem ainda um efeito significativo dessas ações do MERCOSUL, havendo rumores de que, por exemplo, haverá uma regulamentação para



o reconhecimento automático dos diplomas do ensino superior realizados no âmbito dos países da região do MERCOSUL. Contudo, na prática isso ainda não ocorreu. Na verdade, os países da América Latina, a exemplo do Brasil, têm estabelecidos trocas educacionais muito mais expressivas com os países que integram o Processo de Bolonha e com os Estados Unidos, do que com nossos vizinhos de continente.

O Programa Regional de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA) é uma das ações desenvolvidas pelo MERCOSUL e tem como objetivos “a melhoria da qualidade acadêmica por meio de sistemas de avaliação e acreditação e a mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores entre instituições e países” (site do MEC). Participam do Programa quatro países membros Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e a Bolívia e o Chile enquanto países associados. A participação dos cursos está vinculada ao Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (ARCU-SUL). A participação se constitui em intercâmbio com duração de um semestre letivo para professores e estudantes.

A gestão do programa, no Brasil, é feito pelo Ministério da Educação, por meio da CAPES e da Secretaria de Educação Superior.

### **Alguns programas brasileiros de internacionalização**

O conjunto de programas, ações que vêm sendo desenvolvidos no mundo, na lógica da sociedade do conhecimento, da globalização e da mundialização da economia, tem levado o Brasil a participar de forma mais efetiva desse processo de internacionalização da educação.

O Programa Ciências Sem Fronteiras, coordenado pela CAPES e o CNPq é uma das ações que está sendo implementada. Criado em 2013, inicialmente com duração de quatro anos e com meta de utilizar 101 mil bolsas, o Programa busca consolidar e expandir a “internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (site do MEC), em vários países<sup>2</sup>, incluindo alunos de graduação e de pós-graduação. Outro objetivo do Programa é de atrair pesquisadores do exterior para trabalhar no Brasil. Também procura estabelecer parcerias nas áreas consideradas pelo governo como

---

<sup>2</sup> Os países participantes Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Cingapura, Coréia do Sul e Dinamarca, Estados Unidos Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia e Irlanda, Israel, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Itália, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça, Ucrânia

prioritárias,<sup>3</sup> o que envolve, sobretudo, os cursos pertencentes às chamadas áreas duras, o que exclui toda a área de ciências humanas e sociais, o que pode revelar a pouca importância que as mesmas gozam junto à comunidade científica.

O Programa Ciências sem Fronteiras abarca cursos de graduação, pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, tanto na forma plena, quanto na forma conhecida como sanduiche, isto é, no qual uma parte é feita no país de origem e outra no exterior e o pós-doutorado. Além disso, o governo brasileiro está ofertando cursos de idioma, *on line*, como forma de preparação dos possíveis candidatos às bolsas.

Os principais órgãos de fomento brasileiro, CNPq e CAPES, também ofertam bolsas de estudo no exterior no caso para doutorado e pós-doutorado, o mesmo ocorrendo com as Fundações de Apoio à Pesquisa de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e outros.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 2011-2020) indica as ações internacionais que deverão ser desenvolvidas no período, como forma de fortalecer a ciência e a formação de recursos humanos e apresenta, como parâmetro, os índices, em vários aspectos, já atingidos até então. As principais ações do Plano que já estão em desenvolvimento são: colaboração por meio de participação de pesquisadores em projetos internacionais; parcerias com laboratórios virtuais; participação em eventos no exterior; publicação de artigos em revistas internacionais; bolsas para doutorado e pós-doutorado são as principais ações desenvolvidas principalmente pela CAPES e CNPq. Além dessas, existem convênios de cooperação com países da América do Sul (PROSUL), da África (PRÓ-ÁFRICA), com alguns países emergentes, (IBAS, Brasil-Índia).

Outras instituições, como é o caso da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, vem desenvolvendo parcerias com países de todos os continentes, visando desenvolver programas inovadores.

O PNPG arrola diferentes parcerias internacionais que são feitas com órgãos públicos e com empresas estatais, das quais citamos alguns exemplos: Instituto Butantã;

---

<sup>3</sup> As áreas atendidas pelo Programa Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia, nanotecnologia e Novos materiais; Tecnologias de prevenção e Mitigação de Desastres naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos, Engenharias e demais áreas tecnológicas.

Fundação Oswaldo Cruz; EMBRAPA; PETROBRÁS. O Plano aponta novos horizontes para o ano de 2020, dando destaque à inserção da internacionalização e sinalizando com a formação nacional que tenha condições de competir com o mercado externo, assim como seja capaz de atrair pesquisadores de renome mundial, sem esquecer que essa cooperação deve se basear na solidariedade, no respeito à diversidade e na reciprocidade.

A internacionalização da educação superior no horizonte dos próximos anos deve estar apta a aprofundar as ações em curso, das quais algumas foram citadas neste texto, ampliar as estratégias e alargar as atividades que possam envolver estudantes, professores e pesquisadores de todas as áreas. A ampliação de recursos para fazer face a esse escopo é um dos objetivos do Plano.

O PNPG 2011-2020 sinaliza com alguns pontos considerados fundamentais para aprofundar a relação da pós-graduação brasileira com as melhores instituições internacionais, como, por exemplo, aumentar o número de bolsas para doutorado pleno em instituições renomadas, lutar pela mudança das regras para concurso público, de tal forma que seja permitido o ingresso de professores estrangeiros; ampliar o programa para receber professor visitante estrangeiro; incentivar o recrutamento de estudantes estrangeiros; incentivar a emissão de duplo diploma.

A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil inclui, dentre outros fatores, a existência de cooperação internacional como um item importante para a qualificação dos Cursos.

O governo brasileiro criou algumas universidades federais com o escopo de atender a essa “nova” face da educação superior, ou seja, a globalização e a mundialização da economia. A seguir arrolaremos essas instituições, analisando seus objetivos e área de abrangência.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), situada em Foz de Iguaçu, foi implantada em 2010, (Lei nº 12.189/10), tendo como objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão e como “missão específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul” (art. 2º). Nessa instituição o corpo docente é composto por 50% de brasileiros e os outros 50% de professores

originários de outros países da América Latina. São utilizados duas línguas, português e o espanhol, constituindo um sistema bilíngue de comunicação.<sup>4</sup>

Seguindo o mesmo espírito foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, com sede da cidade de Redenção, no Ceará, tendo como missão “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP, especialmente os países africanos” (art. 2º da Lei 12.289/10). A Universidade procura oferecer cursos e estabelecer parcerias com estudantes e professores dos países lusófonos, com destaque para as ex-colônias portuguesas como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, além de Portugal e Timor-Leste.

A outra instituição brasileira criada a partir dos interesses de internacionalização da educação superior é a Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS que, diferentemente das duas anteriormente citadas, não tem explicitamente funções de internacionalização. Contudo, pela localização no sul do país, próxima aos países do MERCOSUL<sup>5</sup>, vai possibilitar um intercâmbio internacional.

### **A internacionalização e os oligopólios**

Na lógica da transformação da educação em serviço, o que foi feito pela OMC e na era da mundialização financeira, os estados criaram novas normas que passaram a reger o imenso mercado no qual o ensino se transformou. Chesnais (1996, p.34) chamava a atenção para as “políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas”, como resultado da mundialização, enquanto uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização. Esse autor dizia que sem a aquiescência dos países a esse estado de coisas, “o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir [...] os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos humanos e naturais, onde lhes for conveniente”. (p.34)

É importante retomarmos à questão, objetivando melhor compreender essa “face” da internacionalização da educação superior no Brasil que é a oligopolização do

---

<sup>4</sup> Além do Brasil existem estudantes dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai, Colômbia, Venezuela, El Salvador e Haiti.

<sup>5</sup> UFFS é uma universidade multicampi e atua em 3 campi situados em Chapecó (sede), Cerro Lago e Erechim (RS), Laranjeira do Sul e Realeza(PR).

ensino superior. Para Chesnais (1996) o oligopólio mundial é uma forma que as grandes firmas mundiais se organizarem, expandindo seus negócios por meio de investimentos que levam a uma imensa concentração de toda ordem, incluindo aí os serviços, logo a educação. A aquisição e fusões de empresas no mundo todo cria o chamado oligopólio, que passa a representar, naquela área, a existência de uma concentração de serviços nas mãos de pouquíssimos “vendedores”. É uma maneira de aumentar os lucros, quando os maiores grupos se juntam, tornando-se líderes mundiais no setor.

A olipolização do ensino superior vem no rastro da transformação deste em uma *commoditie*, com ações nas bolsas de valores e nos fundos de investimento. Na medida em que esse “negócio” cresceu e criou possibilidades de se tornar um grande comércio, com o aval dos governos, na medida em que criaram uma estrutura jurídico e política para que tal ocorresse, passou a atrair o interesse dos grandes investidores que identificam nesse setor a “galinha dos ovos de ouro”.

Ao examinarmos alguns números relativos à educação superior, pode-se compreender o significado financeiro que esta representa na atualidade para o mercado internacional. É interessante destacar que essa mercantilização da educação, que a transforma em educação empresarial, envolve uma gama de serviços, tais como cursos, sistemas/modelos de avaliação, livros didáticos, pacotes para formação continuada de professores.

Leher (2009) nos dá uma dimensão do tamanho do mercado de educação em nível mundial: em 1950 o número de estudantes era de 6,5 milhões; no início dos anos 2000 esse número representa 90 milhões. A Austrália, por exemplo, em 1970 exportava seis milhões de dólares em ensino superior; em 2002 esse número passou para dois trilhões. Mas, o crescimento não para por aí. Em 1998, a mobilidade estudantil faturava no mundo todo, algo em torno de trinta milhões de dólares, em 2005 já ultrapassava a casa dos cinquenta milhões. Outro dado também que impressiona é o referente ao crescimento da mobilidade estudantil, tendo como horizonte o ano de 2025. Nessa data, segundo estudos apresentados pelo autor citado, haverá sete milhões e duzentos mil estudantes transitando no mundo.

Além do mais, segundo a UNESCO, está havendo um processo de massificação da matrícula no ensino superior, passando de treze milhões em 1960 para uma projeção de 125 milhões antes de 2020.

Mas, toda essa expansão da educação superior ou massificação está se dando via instituições privadas. O Censo de Educação Superior 2013 apresenta dados muito

interessantes que podem nos fazer refletir e fazer as devidas conexões com essa onda de aparecimento de oligopólios. Vejamos alguns dados: número de instituições de ensino superior - 2.391, das quais 2.090 são privadas; 32.040 Cursos, sendo 21.199 ofertados por instituições privadas; a matrícula era de 7.305.977 e dessas 5.373.450 estão nas instituições particulares, o que representa 74%; os ingressantes nos cursos de graduação cresceu 16,6%, sendo 8,2% na rede pública e 19,1% na rede privada

Ora, com esses números, o capital internacional passa a se voltar para a área educacional e o faz de diferentes formas, dentre as quais por meio de compra e fusões de estabelecimentos nacionais e estrangeiros, o que caracteriza o oligopólio.

Chaves (2010) chama a atenção para o processo de criação de oligopólios que vem ocorrendo no Brasil. A autora indica os principais grupos que estão à frente desse processo: Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Kroton Educacional e o Sistema COC.

Em 2014 houve a fusão de dois grandes grupos Anhanguera Educacional e Kroton Educacional. O fato representa a criação da 17ª maior empresa da Bovespa em valor de mercado, segundo noticiou o Portal G1. Ainda, segundo a mesma fonte, essa fusão, com a criação da nova empresa, sobe o valor de mercado para 24,48 bilhões de reais e vai receber cerca de 1 milhão de alunos.

A oligopolização está sendo feita com fundos internacionais, como é o caso do Adverte, que é um fundo internacional norte americano e que comprou a participação na empresa Kroton, quando essa abriu seu capital na Bolsa de Valores.

Outras grandes empresas educacionais, como é o caso da Estácio de Sá tem a GP Investments como principal acionista e a Anhembis Morumbi é 100% controlada pela rede Laureate dos Estados Unidos.

O fato desse tipo de internacionalização via a entrada de capital e da ingerência estrangeiras, presença a abertura da educação na Bolsa de Valores, significa a entrada do capital estrangeiro especulativo, o que traz junto a essa privatização a mercantilização e a desnacionalização da educação.

A internacionalização via capital financeiro, está presente de forma significativa na educação superior brasileira, o que leva a investigar o que isso pode representar em um futuro próximo para a formação de recursos humanos, tendo em vista o caráter mercantil que configura o ensino na atualidade.

### **Considerações finais**

Várias são as formas que caracterizam a internacionalização da educação, indo desde a chamada mobilidade acadêmica, estimulada tanto pelo MERCOSUL, quanto pelo Processo de Bolonha, passando pela implantação de cursos presenciais ou a distância que são transpostos de uma país a outro, indo pela política de atração de pesquisadores dos países avançados para aqueles em desenvolvimento e chegando até a compra de instituições educacionais brasileiras por grupos internacionais.

Há, portanto, um conjunto de ações que estão no cenário das políticas educacionais e que vem se ampliando, na medida em que existe no país a possibilidade dessa expansão. A reforma do Estado brasileiro de 1995 deu autorização para que a educação passasse a ser uma atividade não exclusiva do Estado, criando as condições de liberalização, derrubando barreiras e permitindo que a internacionalização se instalasse.

É claro que se ressalta que em um mundo globalizado não se defende viver em ilhas, isolados dos avanços e das relações que podem se estabelecer pelas facilidades que a tecnologia permite.

Destacamos que o processo de internacionalização é importante e que o setor da educação deve dele participar. O que se questiona são os objetivos que passam a reger o setor educacional a partir dessa visão capitalista, na qual a globalização e a mundialização representam uma etapa avançada das relações de produção do capital. Nessa lógica, a educação passa a ser um insumo, uma força produtiva cujo principal objetivo é a obtenção de lucros com a valorização dos recursos humanos, via formação.

Nessa perspectiva a internacionalização vai ao encontro do mercado e de encontro aos interesses sociais. Além disso, a internacionalização indica aquilo que Mollis (2009) chama de “geopolítica do saber e do poder”, que segundo ela divide o mundo entre países que produzem o conhecimento e aqueles que consomem o conhecimento produzido pelos países que dominam econômica e culturalmente a globalização. A autora destaca que as instituições universitárias da periferia terão apenas o papel de treinar os recursos humanos.

A configuração que a educação brasileira vem ganhando, a partir da internacionalização, tem contribuído para a expansão do ensino superior via iniciativa privada e para um aligeiramento na formação que vem perdendo a qualidade exigida pela sociedade, para acentuar a qualidade demandada pelo processo de mercantilização.

## **Referências**

CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Disponível: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG\\_Miolo\\_V2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf) Acesso: fev 2015

CHAVES, V.L.C. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Jun 2010, vol.31, no.111, p.481-500.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996

CNPq. **Ciências Sem Fronteiras**. Disponível: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>. Acesso jan 2015

LEHER, R. Estrategias de mercantilización de la educación y tiempos desiguales de los tratados de libre comercio: el caso de Brasil in Pablo Gentili et all **Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina**. Buenos Aires: Homo Sapiens Ediciones, 2009

MARX.K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista (1848). In: Daniel Aarão Reis Filho (org.), **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999

MERCORSUL. **Setor Educacional**. Disponível: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html>. Acesso jan 2015

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. **Declaração de Bolonha**. Estabelecimento do Espaço Europeu do Ensino Superior. **Disponível** [http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999\\_Bologna\\_Declaration\\_Portuguese.pdf](http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf). Acesso jan 2015

MOLLIS, M Geopolítica del saber: biografías recientes de las universidades latinoamericanas. in **Universidad e investigación científica**. VESSURI, H. CLACSO, CLACSO Buenos Aires. 2006

MOROSINI, M. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 107-124, 2006.

\_\_\_\_\_. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educ. rev.** vol.27 no.1 Belo Horizonte abr. 2011

OCDE. **L'enseignement supérieur à l'horizon 2030**, volume 2 mondialisation. Centre pour la recherche et l'innovation dans l'enseignement.2011. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264075405-fr>



UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Comunicado, 2009. Disponível em [file:///C:/Users/Olga/Downloads/conferencia\\_paris%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Olga/Downloads/conferencia_paris%20(1).pdf). Acesso jan 2015

UNESCO-IESALC-ENLACES. **Observatório de Movilidades Acadêmicas y Científicas**. Disponível em [http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2478&Itemid=643&lang=pt](http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=2478&Itemid=643&lang=pt) Acesso em jan 2015

WTO. **The General Agreement on Trade in Services (GATS): objectives, coverage and disciplines**. 1995.